

# SUMÁRIO

## Art. 1º

▶ Conceito de Saúde.....	65
▶ Saúde. Abrangência.....	65
◆ Promoção da Saúde.....	65
▶ Saúde na Constituição Federal. Fundamentalidade formal.....	66
▶ Direito à saúde. Fundamentalidade Material.....	66
▣ Direito à saúde como direito social.....	67
▶ Multifuncionalidade dos direitos sociais.....	69
▶ Multifuncionalidade do direito à saúde.....	70
▶ Plano de Saúde na Constituição Federal.....	71
▶ Fundamentalidade do direito à saúde e os Planos de Saúde.....	71
◆ Atuação complementar ao SUS.....	72
◆ Vedações no ramo da saúde suplementar.....	72
▶ Principal antecedente normativo dos Planos de Saúde.....	72
▶ Regulamentação dos planos de saúde pós CF/88. Ausência normativa.....	73
▶ Plano de Saúde e CDC.....	73
▶ Publicação da Lei nº 9.656/98 e Medidas Provisórias.....	73
◆ Alteração da redação do art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 9.656/98. Aplicabilidade simultânea do CDC.....	73
▣ Plano de saúde. Competência legislativa. União. Inconstitucionalidade de Lei Estadual.....	73
▶ Conceito de Plano de Saúde.....	75
▶ Abrangência dos planos de saúde.....	75
▶ Seguradoras especializadas em seguro saúde.....	75
▶ Contrato de Plano de Saúde e Contrato de Seguro. Semelhanças.....	76
▣ Contrato de seguro saúde. Natureza diversa do contrato de plano de saúde. Legitimidade da cláusula de reembolso.....	76
▶ Contrato de Plano de Saúde. Questionamento quanto à sua natureza aleatória.....	77
▶ Contrato de Plano de Saúde. Contrato de Adesão.....	77
▶ Contrato de Plano de Saúde. Contrato cativo de longa duração.....	78
▶ Conceito de contrato cativo de longa duração.....	78

▶ Catividade ou dependência do consumidor.....	78
▶ Estipulação de preços. Custos operacionais.....	79
▶ Fundo comum. Definição.....	79
▶ Judicialização da saúde privada. Problemática relativa ao equilíbrio financeiro do contrato.....	80
▶ Rede Credenciada .....	80
▶ Rede Contratada.....	80
▶ Rede Referenciada.....	80
▣ Plano de Saúde. Prestação de serviço sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) .....	80
◆ Definição de Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.....	83
▶ Identidade entre as modalidades de operadoras de planos de saúde.....	83
▶ Administração do fundo comum. Responsabilidade da operadora.....	83
▶ Modalidades de Operadoras de Planos de Saúde .....	84
◆ Administradora de benefícios .....	84
▶ Natureza de Intermediária das Administradoras .....	85
▣ Administradora não responde solidariamente com a operadora de plano de saúde, pois lhe é vedado atuar como representante, mandatária ou prestadora de serviço desta.....	85
▣ Administradora responde solidariamente com a operadora de plano de saúde em caso de falha na prestação dos serviços.....	86
▣ Responsabilidade solidária da administradora com a operadora de plano de saúde. Teoria da aparência.....	87
▣ Administradora responde solidariamente com a operadora de plano de saúde em caso de indevida rescisão do contrato.....	89
▶ Cooperativas médica e odontológica.....	89
◆ Vedação ao regime de exclusividade do profissional cooperado.....	90
▶ Vedação do contrato de exclusividade.....	90
▶ Entidades de autogestão.....	90
▣ Peculiaridades das entidades de autogestão que as diferenciam das outras operadoras de planos de saúde.....	91
▣ Entidades de autogestão. Inaplicabilidade do CDC. Súmula nº 608, do STJ.....	93
◆ Entidades de autogestão. Acompanhamento econômico-financeiro.....	93
▣ Plano de saúde de autogestão. Ausência de direito adquirido quanto ao regime de custeio .....	93
▶ Medicina ou odontologia em grupo.....	94
▶ Medicina ou odontologia em grupo. Conceito doutrinário.....	94

◆ Filantropia.....	94
◆ Seguradora especializada em saúde .....	95
▶ Exclusão das Pessoas Jurídicas de Direito Público .....	95
■ Pessoas Jurídicas de Direito Público. Aplicabilidade da Lei dos Planos de Saúde .....	95
▶ Conceito. Carteira de plano de saúde.....	96
◆ Alienação de carteira.....	96
▶ Agência Nacional de Saúde Suplementar.....	96
▶ Competências da Agência Nacional de Saúde Suplementar.....	97
◆ “Cartões de Desconto”. Vedações.....	98
◆ “Cartões de Desconto”. Necessidade de prévia regulamentação pela ANS.....	98
▶ Cooperativas e Planos de Saúde.....	100
▶ Entidades de Autogestão .....	100
▶ Operadoras de plano de saúde. Pessoas jurídicas brasileiras .....	100
<b>Arts. 2º ao 7</b>	
◆ Revogada a dicotomia entre “planos de saúde” e “seguros saúde” .....	100
▶ CNSP. SUSEP. Câmara de Saúde Suplementar .....	101
<b>Art. 8º</b>	
<b>Art. 9º</b>	
◆ Autorização de funcionamento.....	103
◆ Autorização definitiva de funcionamento. Empresas atuantes quando da edição da Lei nº 9.656/98.....	103
▶ Registro provisório. Documentos necessários.....	103
<b>Art. 10</b>	
▶ Extensão e limites da cobertura contratual nos planos antigos.....	103
■ Constitucionalidade do art. 10.....	104
▶ Plano de Referência .....	105
▶ Rol de doenças da CID/OMS. Cobertura obrigatória pelos planos de saúde....	105
▶ Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID/OMS).....	106
■ Tratamentos e Procedimentos realizados exclusivamente no Brasil.....	107
▶ Plano de Referência e Planos Segmentados.....	107
■ AIDS. Exclusão de cobertura. Abusividade .....	107

■ Doenças infectocontagiosas. Abusividade da cláusula contratual que exclua a sua cobertura.....	108
◆ Cirurgia Refrativa. Miopia e Hipermetropia .....	108
▶ Cobertura da Cirurgia Refrativa. Crítica aos limites definidos pela ANS.....	109
■ Cirurgia refrativa para correção exclusiva de astigmatismo. Ausência de previsão normativa. Exclusão de cobertura.....	111
■ Cirurgia refrativa para correção exclusiva de astigmatismo. Ausência de previsão normativa que exclua a sua cobertura pelo plano de saúde. Obrigatoriedade de cobertura .....	112
■ Esclerose múltipla. Cobertura de medicamento devida .....	113
■ Esclerose múltipla. Cobertura de <i>home care</i> . Observância do custo diário em hospital.....	114
■ Insuficiência renal. Sessões de hemodiálise. Cobertura obrigatória.....	115
◆ Acidentes e doenças do trabalho. Cobertura obrigatória. Art. 14 da Resolução Normativa nº 465/2021.....	116
▶ Produtos e serviços de cobertura não obrigatória.....	116
◆ Regulamentação da cobertura mínima obrigatória nos planos de saúde .....	116
■ Rol de procedimentos e eventos em saúde. Natureza exemplificativa .....	117
■ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS não é meramente exemplificativo. Mudança de entendimento ( <i>Overruling</i> ).....	119
■ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS. Exceção à regra da taxatividade .....	121
■ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS. Exemplificativo ou exaustivo? Divergência jurisprudencial.....	121
◆ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS. Taxativo.....	122
■ Rol de Procedimentos. STJ. Natureza taxativa mitigada .....	122
■ Rol de Procedimentos. Natureza não absoluta.....	123
◆ Rol de Procedimentos. Exames e tratamentos não previstos no rol. Alteração legislativa .....	123
▶ Lei nº 14.454/2022. Rol da ANS. Legalmente exemplificativo.....	123
■ Lei nº 14.454/2022. Cobertura de tratamentos ou exames não previstos no Rol da ANS. Irretroatividade. Aplicação <i>ex nunc</i> .....	124
■ Exames e tratamentos não previstos no rol. Exigibilidade. Constitucionalidade questionada.....	125
◆ Processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.....	125
■ Rol de Procedimentos. ANS. Enunciado nº 21 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	125
■ Oxigenação por membrana corpórea (ECMO). Parecer técnico da ANS favorável. Notas técnicas do e-NatJus favoráveis. Cobertura devida .....	125

◆ Cobertura obrigatória de exame. Infecção pelo Coronavírus .....	126
▶ Exame para detecção de Coronavírus (Covid-19).....	128
☐ Dúvida sobre a cobertura contratual frente ao rol de procedimentos. Consulta à ANS. Enunciado nº 23 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ....	128
☐ Divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelo plano de saúde. Enunciado nº 24 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ .....	128
☐ Instituição de junta médica. Legitimidade do ato praticado pela operadora.....	128
◆ Hipóteses em que é vedada a formação da junta médica ou odontológica. Art. 3º, da RN nº 424/2017 .....	129
◆ Prazo para decisão da junta médica ou odontológica. Art. 4º, da RN nº 424/2017 .....	129
◆ Definição de tratamento experimental.....	129
☐ Enunciado nº 26 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ .....	130
▶ Inexistência de registro/regularização no país. Necessidade de ponderação...	130
☐ Fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA. Saúde pública. STF .....	131
☐ Fornecimento de medicamento. Saúde Pública. Registro na ANVISA. Ausência de padronização no SUS. STF .....	132
☐ Fornecimento de medicamento antes do seu registro na ANVISA. Questão constitucional. STF.....	134
◆ Tratamento clínico ou cirúrgico definido como experimental pelo CFM ou pelo CFO.....	134
▶ Ausência de indicação de determinado tratamento na bula/manual do medicamento registrada na ANVISA. Ponderação para exclusão da cobertura ...	136
◆ Hipóteses de cobertura obrigatória mesmo quando ausente a indicação na bula do medicamento .....	136
◆ Prescrições <i>on label</i> , <i>off label</i> e <i>silent label</i> . Conceitos.....	137
▶ Autorização de Introdução no Mercado (AIM) .....	137
▶ Riscos da prescrição <i>off label</i> .....	138
▶ Benefícios dos medicamentos <i>off label</i> .....	139
☐ STJ. Planos de saúde devem pagar pelo uso <i>off label</i> de medicamento registrado na Anvisa.....	139
◆ Uso <i>off label</i> de medicamento registrado na Anvisa. ANS. Art. 24 da RN nº 465/2021 .....	141
☐ Doença Oftalmológica Ceratocone. Cirurgia do Anel de Ferrara. Procedimento não experimental .....	141
☐ STJ. Fisioterapia pelos métodos Peditasuit e TheraSuit. Caráter experimental. Cobertura indevida .....	142
◆ Produtos de terapias avançadas. ANVISA .....	144

◆ Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 505, de 27 de maio de 2021...	145
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Hidroxicloroquina. Parecer Técnico divulgado pelo CNJ.....	147
■ Tratamento experimental. Questão de natureza técnica. Necessidade de dilação probatória.....	148
◆ Definição de procedimento estético.....	149
▶ Abrangência dos procedimentos estéticos.....	149
■ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora de mamoplastia, com colocação de próteses de silicone. Cobertura devida.....	149
■ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Cobertura devida.....	150
■ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Recurso repetitivo.....	151
■ Cirurgia de abdominoplastia (dermolipectomia) não estética. Cobertura devida.....	151
■ Mamoplastia redutora. Patologias associadas à hipertrofia mamária. Ilegalidade da negativa de cobertura.....	152
■ Mamoplastia reparadora bilateral. Hipertrofia mamária. Alterações na coluna vertebral. Ausência de natureza estética.....	152
■ Cirurgia reparadora de reconstrução de mama decorrente de deformidade congênita do tórax. Dever de cobertura. Cirurgia plástica reparadora e não estética.....	153
◆ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama.....	153
■ Cirurgia para correção de dermatocalaze bilateral. Procedimento estético. Exclusão de cobertura.....	153
◆ Procedimento cirúrgico de troca das próteses mamárias. Rotura da prótese e extravasamento do silicone. Procedimento reparador e não estético.....	154
■ Transexualidade. Cirurgia de Transgenitalização. Cobertura obrigatória. Não estético.....	155
■ Transexualidade. Definição.....	155
◆ Transexualidade. Procedimentos cirúrgicos de mudança de sexo.....	156
◆ Processo Transexualizador. Diretrizes de assistência à saúde.....	156
◆ Processo Transexualizador. Requisitos para a cirurgia de transgenitalização.....	157
■ Cirurgia de Transgenitalização. Natureza não estética. Cobertura obrigatória pelo plano de saúde.....	157
■ Transexualidade. Tratamentos ligados ao processo transexualizador. Cobertura obrigatória. Não estético.....	159
◆ Definição de inseminação artificial.....	160
▶ Justificativa para exclusão da inseminação artificial.....	160
▶ Crítica à exclusão da cobertura de inseminação artificial.....	161

▶ Inseminação artificial. Abrangência da hipótese legal de exclusão de cobertura.....	164
▶ Inseminação artificial. Reprodução assistida. Sinônimas.....	164
▶ Técnicas de reprodução assistida. Espécies. Inseminação artificial e Fertilização <i>in vitro</i> .....	164
■ Fertilização <i>in vitro</i> . Inseminação artificial. Expressões sinônimas. Possibilidade de exclusão de cobertura.....	165
■ Fertilização <i>in vitro</i> . Exclusão de cobertura. Espécie distinta da inseminação artificial.....	166
■ Fertilização <i>in vitro</i> . Técnica de fecundação distinta da inseminação artificial. Ausência de obrigatoriedade de cobertura.....	166
■ Exclusão de cobertura das técnicas de reprodução assistida. Enunciado nº 20 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	167
■ Exclusão de cobertura da fertilização <i>in vitro</i> . STJ. Recurso Repetitivo.....	167
■ Câncer. Prognóstico de falência ovariana. Criopreservação dos óvulos. Obrigação de cobertura durante o tratamento quimioterápico.....	168
■ Câncer de mama. Quimioterapia, Criopreservação dos óvulos. Princípio do “ <i>primum, non nocere</i> ”. Cobertura devida.....	168
■ Infertilidade coexistente à endometriose. Fertilização <i>in vitro</i> . Cobertura não obrigatória.....	169
▶ Planejamento familiar.....	169
◆ Definição de tratamento de rejuvenescimento e/ou de emagrecimento para fins estéticos.....	170
▶ Tratamento de rejuvenescimento e/ou de emagrecimento para fins estéticos. Justificativa para exclusão de cobertura.....	170
▶ Obesidade.....	170
■ Cirurgia bariátrica. Negativa de cobertura. Abusividade.....	170
■ Cirurgia bariátrica. Negativa de cobertura. Configuração de dano moral.....	171
■ Obesidade mórbida. Internação em clínica médica especializada. Ausência de finalidade estética e rejuvenescedora. Cobertura devida.....	171
■ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Recurso repetitivo.....	173
◆ Definição de medicamentos importados não nacionalizados. Prevista no art. 17, parágrafo único, V, da RN nº 465/2021.....	173
■ Planos não são obrigados a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.....	174
■ Medicamento importado sem registro perante a ANVISA. Inexistência do dever de cobertura pelo plano de saúde.....	174
■ Medicamento importado sem registro perante a ANVISA. Autorização para importação do medicamento. Cobertura obrigatória.....	175

▶ Medicamentos importados e ausência de similar. Excepcionalidade.....	176
▣ Medicamento importado. Tratamento de doença ultrarrara. Excepcionalidade...	177
▣ Medicamento importado. Obtenção de registro perante a Anvisa. Obrigato- riedade de cobertura após registro.....	177
◆ Definição de medicamentos para tratamento domiciliar .....	178
◆ Hipóteses de cobertura obrigatória de fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar .....	179
▶ Medicamentos para uso exclusivo no ambiente domiciliar.....	180
▶ Hipóteses de cobertura dos medicamentos de uso domiciliar.....	181
▣ Medicamento de uso domiciliar. Previsão no rol da ANS. Cobertura obri- gatória.....	181
▣ Medicação intravenosa ou injetável. Supervisão de profissional da saúde, Co- bertura devida.....	182
▣ Medicamento para uso domiciliar. Ministrado sob orientação médica. Ca- nabidiol. Fibromialgia .....	182
▣ Medicamento para uso domiciliar. Substituto de tratamento injetável com aplicação em ambiente hospitalar. Cobertura devida.....	183
▣ Fornecimento de medicamento. Hormônio do crescimento. Uso domiciliar. Exclusão cobertura.....	184
▣ Medicamento para uso domiciliar. Cobertura não obrigatória pela operadora. Política pública de assistência farmacêutica .....	184
▣ STJ. Equipamento de monitoramento de glicose. Tratamento domiciliar. Exclu- são de cobertura. ....	185
▶ Medicamentos e internação <i>home care</i> .....	185
◆ Contrato acessório de medicação.....	186
▶ <i>Home care</i> .....	187
◆ Internação <i>home care</i> . Conceito. ANS.....	187
◆ Internação <i>home care</i> . Regulamentação.....	187
◆ Regulamento Técnico para o funcionamento de Serviços de Atenção Do- miliar. Definições.....	187
▶ Hipótese de cobertura obrigatória da internação <i>home care</i> .....	188
▣ Internação <i>home care</i> e STJ.....	188
▣ Amplitude da cobertura de internação <i>home care</i> . Enunciado nº 64 da 2ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ .....	189
▣ Requerimento judicial de internação <i>home care</i> . Requisitos da petição ini- cial. Enunciado nº 9 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF .....	190
▣ Internação <i>home care</i> . Desnecessidade. Assistência prestada por familiares ou por cuidador .....	190

■ Internação <i>home care</i> não se confunde com internação geriátrica.....	191
■ Internação domiciliar ou Assistência domiciliar. Beneficiário portador de Mal de Parkinson.....	191
■ Internação domiciliar ou Assistência domiciliar. Beneficiário portador de Doença de Alzheimer. Análise do caso concreto.....	192
▶ Ortotanásia. Internação <i>home care</i> .....	192
▶ Ortotanásia, eutanásia, suicídio assistido e distanásia. Diferenciação conceitual.....	193
■ Assistência profissional domiciliar. Realização de Curativos. Impossibilidade de deslocamento. Cobertura devida.....	194
■ Ilegalidade da cobrança de percentual de coparticipação em internação <i>home care</i> .....	194
◆ Definição de próteses e órteses .....	195
▶ Cobertura obrigatória de próteses e órteses .....	195
■ Prótese de quadril. Vinculada a ato cirúrgico. Cobertura devida.....	196
■ Prótese auditiva. Dispositivo médico não implantável. Legítima exclusão de cobertura.....	196
◆ Prescrição de próteses e órteses pelo médico .....	196
■ Exigências para cobertura de próteses e órteses. Enunciados nº 28 e 29 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ .....	198
■ Cobertura de próteses e órteses. Impossibilidade de exigência de marca específica.....	198
■ Cobertura de prótese ou órtese importada. Existência de similar nacional. Negativa de cobertura válida.....	198
▶ Cobertura não obrigatória de próteses e órteses .....	199
▶ Fornecimento do “stent” e a cirurgia de angioplastia.....	199
■ Fornecimento de órtese substitutiva de procedimento cirúrgico. Órtese craniana. Cobertura devida.....	201
■ Prótese ortopédica. Não vinculação a ato cirúrgico. Exclusão de cobertura....	201
■ Cirurgia com utilização de dispositivo interespinhoso (DIAM). Cobertura devida .....	202
■ Perda auditiva bilateral. Implante de prótese coclear. Cobertura devida.....	203
■ Órtese de remodelação craniana. Plagiocefalia posicional. Cobertura devida....	203
■ Ruptura da prótese fornecida pelo plano de saúde. Não comprovação do vício de qualidade. Ausência de responsabilidade da operadora.....	204
◆ Catarata. Procedimento de facectomia com lente intraocular. Cobertura obrigatória.....	204
▶ Catarata. Procedimento de facectomia. Cobertura de lentes intraoculares de características especiais.....	205

■ Cirurgia de catarata. Lentes intraoculares multifocais. Cobertura devida.....	207
■ Cirurgia de catarata com femtolaser. Negativa de cobertura contratual. Recusa ilegítima .....	207
■ Cadeira de rodas. Não vinculação a ato cirúrgico. Exclusão de cobertura .....	207
◆ Inciso revogado pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001 .....	208
▶ Segmentação odontológica. Cobertura Opcional .....	208
▶ Tratamentos ilícitos ou antiéticos .....	209
▶ Tratamentos não reconhecidos pelas autoridades competentes .....	209
▶ Ausência de registro x eficácia comprovada.....	209
▶ Definição de Cataclismos .....	209
▶ Definição de comoções internas.....	210
▶ Greve e comoção interna.....	210
▶ Estado de Exceção .....	210
▶ Definição de guerra .....	210
▶ Cataclismos, guerras e comoções internas.....	210
▶ Regulamentação pela ANS .....	210
▶ Crítica à atribuição da competência regulamentar à ANS.....	211
■ Inconstitucionalidade.....	211
▶ Plano de Referência.....	212
▶ Ampliação da cobertura do plano de referência .....	212
■ Plano de referência. Possibilidade de limitação do atendimento a um único estabelecimento hospitalar .....	212
▶ Plano na modalidade de autogestão .....	213
▶ Plano Odontológico.....	213
▶ Regulamentação da amplitude das coberturas. Atribuição da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).....	213
◆ Rol de procedimentos e eventos em saúde. Natureza exemplificativa ou taxativa.....	214
◆ Amplitude das coberturas.....	214
◆ Cobertura de transplante.....	214
◆ Regulamentação da cobertura mínima obrigatória nos planos de saúde .....	215
◆ Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Rito processual de atualização..	216
◆ Lei nº 14.307, de 3 de março de 2022.....	216
◆ Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar .....	216
◆ Processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.....	217

▣ Tratamentos relativos ao câncer. Possibilidade de uso <i>off label</i> de medicamentos.....	217
▣ Tratamentos relativos ao câncer. Irrelevância da natureza do Rol de Procedimento da ANS.....	217
▣ Constitucionalidade questionada perante o STF.....	218
◆ Lei nº 14.454, de 21 de setembro de 2022.....	218
◆ Rol de Procedimentos. Exames e tratamentos não previstos no rol. Alteração legislativa.....	218
▣ Constitucionalidade do procedimento de atualização do Rol da ANS.....	219
▣ Rol de Procedimentos da ANS. STJ. Natureza taxativa.....	221
▶ Rol de Procedimentos da ANS. Referência básica para os planos de saúde. Natureza taxativa mitigada.....	222
◆ Rol de Procedimentos. Exames e tratamentos não previstos no rol. Alteração legislativa.....	222
▶ Cobertura de tratamento ou procedimento sem previsão no Rol da ANS. Requisitos legais alternativos. Crítica.....	223
◆ Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC). Resolução Normativa nº 555/2022.....	223
▣ Cobertura excepcional de medicamento não previsto no rol da ANS. Impossibilidade do fornecimento de medicamento para tratamento domiciliar.....	224
▣ Tratamento ou procedimento não recomendado pela CONITEC. Concessão judicial. Necessidade de parecer do NatJus. Enunciado nº 103 da 3ª Jornada de Direito da Saúde.....	225
▣ Medicina Baseada em Evidências. Conceito.....	225
◆ CNJ. Criação dos Comitês Estaduais da Saúde pelos Tribunais e Especialização de Varas Judiciais.....	226
◆ CNJ. Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus).....	227
▣ Solicitação de parecer ao NatJus em grau recursal. Possibilidade. Enunciado nº 107 da 4ª Jornada de Direito da Saúde.....	228
▣ Consulta prévia ao NatJus.....	228
▣ Decisão judicial contrária ao CONITEC. Parecer do NatJus favorável. Necessidade.....	229
▣ Ação judicial de saúde. Consulta aos pareceres da ANS e do CONITEC. Enunciado nº 38 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF.....	229
▣ Exames e tratamentos não previstos no rol. Exigibilidade. Constitucionalidade questionada.....	229

#### Art. 10-A

▶ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama e tratamento de câncer.....	230
▣ Câncer de mama. Tratamento cirúrgico (ablação da mama). Negativa de cobertura de mastoplastia reparadora. Dano moral configurado.....	231

- ◆ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Câncer. Momento e Amplitude ..... 232
- ▣ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Correção de assimetria após câncer em apenas uma das mamas. Cobertura devida ..... 232
- ▣ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Substituição do implante mamário. Prazo de validade da prótese expirado. Cobertura devida ..... 232

**Art. 10-B**

- ◆ Definição e relação dos equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança ..... 233
- ▣ Fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, sonda vesical de demora e coletor de urina com conector ..... 233

**Art. 10-C**

- ◆ Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio ..... 234
  - ◆ Objetivos da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio ..... 234
  - ▶ Suicídio. Problema Social ..... 234
- ◆ Cobertura obrigatória em casos de violência autoprovocada e às tentativas de suicídio ..... 235
- ▶ Tentativa de suicídio e/ou violência autoprovocada. Hipótese de emergência ..... 235
  - ◆ Suicídio e/ou violência autoprovocada. ANS ..... 237
- ◆ Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar ..... 239
- ▶ Processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde ..... 239
- ▣ Constitucionalidade questionada perante o STF ..... 239

**Art. 11**

- ▣ Constitucionalidade ..... 240
- ◆ Doença preexistente ..... 240
- ◆ Doença preexistente. Tentativa conceitual ..... 241
- ▶ Doença preexistente não é óbice à contratação ..... 241
- ◆ Faculdade da operadora em oferecer cobertura total na hipótese de doença preexistente ..... 242
- ◆ Cobertura parcial temporária ..... 242
  - ▣ Prazo de cobertura parcial temporária em curso. Ausência de urgência ou emergência. Legítima a negativa de cobertura ..... 242
  - ▣ Prazo de cobertura parcial temporária em curso. Atendimento de urgência ou emergência. Cobertura devida ..... 243

◆ Agravo.....	243
▶ Agravo e carência.....	243
▶ Cobertura Parcial Temporária e Agravo são temporários.....	243
▶ Doença preexistente e ônus da prova.....	244
◆ Dever de informação do beneficiário .....	244
▶ Direito do beneficiário a ser orientado quando da contratação.....	244
◆ Declaração de Saúde. Conceito e conteúdo.....	244
◆ Declaração de Saúde. Proteção de dado pessoal sensível. ANS.....	245
◆ Declaração de Saúde. Proteção de dado pessoal sensível. LGPD.....	245
■ Cláusula de renúncia à orientação médica quando do preenchimento de declaração de doença preexistente. Abusividade .....	246
◆ Submissão à perícia no momento da contratação.....	246
■ Ausência de exame prévio. Não comprovação de fraude contratual pela omissão de doença preexistente. Cobertura devida.....	246
■ Avaliação médica realizada quando da contratação. Doença preexistente. Recusa de cobertura legítima .....	247
▶ Mapeamento genético. Discriminação. Impossibilidade de sua exigência no momento da contratação do plano de saúde.....	247
▶ Doença preexistente e fraude contratual .....	248
▶ Ônus probatório da fraude contratual .....	249
■ Boa-fé objetiva. A presença de doença preexistente não configura, por si só, má-fé do usuário. A seguradora pode exigir a submissão do consumidor a exames médicos .....	250

## Art. 12

■ Constitucionalidade.....	250
▶ Planos segmentados .....	251
◆ Proposta de Plano de Saúde Acessível elaborada pelo Ministério da Saúde .....	251
◆ Relatório de consolidação das informações e contribuições ao Projeto de Plano de Saúde Acessível.....	252
▶ Plano de Saúde Acessível. Crítica.....	253
◆ Prazos mínimos para liberação do atendimento.....	255
■ Demora na liberação da cobertura de procedimento médico. Dano moral.....	256
■ Autorização para internação hospitalar. Demora de poucos dias. Ausência de urgência/emergência. Dano moral não configurado.....	256
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19).Prorrogação dos prazos máximos de atendimento para os casos que não sejam de urgência ou emergência.....	257

▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Internações e cirurgias eletivas.....	257
◆ Regras a serem observadas pelas operadoras nas solicitações de cobertura apresentadas pelos beneficiários .....	258
■ Negativa de cobertura. Comprovante escrito na negativa. Lei Estadual. Constitucionalidade.....	260
■ Cirurgia eletiva. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Ausência de Emergência ou Urgência. Possibilidade de adiamento da cobertura .....	261
■ Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Ausência de Emergência ou Urgência. Possibilidade de adiamento da cobertura .....	261
■ Procedimento cirúrgico. Quadro de Emergência ou Urgência. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Cobertura imediata obrigatória.....	262
■ Transplante. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Cobertura obrigatória. Definição do momento de realização pela equipe médica .....	262
■ Negativa de cobertura. Ação Judicial. Legitimidade do Ministério Público.....	263
■ Negativa de cobertura. Ação Judicial. Legitimidade da Defensoria Pública .....	263
■ Negativa de cobertura. Ação Judicial. Legitimidade da Defensoria Pública. Aferição do requisito “necessitado” na fase de cumprimento de sentença.....	264
■ Negativa de cobertura ilegítima. Ação Judicial. Petição inicial. Enunciado nº 32 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ .....	264
■ Petição inicial. Requisitos. Probabilidade do direito.....	265
■ Petição inicial. Assistência à saúde. Presença da probabilidade do direito. Demonstração do perigo de dano.....	266
■ Tutela de urgência. Assistência à saúde. Requisitos demonstrados. Concessão .....	266
■ Tutela de urgência. Apreciação antes da análise da controvérsia sobre o Juízo competente. Enunciado nº 7 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF.....	267
■ Decisão judicial. Determinação de cobertura. Prestação continuada. Renovação periódica do relatório médico. Enunciado nº 41 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF .....	267
■ Negativa de cobertura pela operadora. Ação judicial proposta pelo usuário. Conciliação. Prioridade. Enunciado nº 106 da 4ª Jornada de Direito da Saúde.....	268
◆ Recomendação CNJ nº 100, de 16 de junho de 2021.....	268
■ Negativa de cobertura ilegítima. Ação Judicial. Cabimento de multa diária para cumprimento de tutela de urgência.....	269
■ Obrigação de pagar. Incidência de multa diária. Não cabimento .....	270
■ Pretensão de cobertura de atendimento médico. Natureza personalíssima. Falecimento. Intransmissibilidade da obrigação. Extinção do processo judicial ...	270

■ Honorários advocatícios sucumbenciais. Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais. Percentual que recai sobre ambas as condenações impostas à operadora.....	271
■ Irrepetibilidade de valores dispendidos para fornecimento de cobertura contratual em razão de decisão judicial .....	271
◆ Dano moral. Delimitação conceitual.....	272
■ Negativa de cobertura. Existência de cláusula contratual. Ausência de configuração de dano moral .....	273
■ Negativa de cobertura. Dúvida razoável na interpretação de cláusula contratual. Não configuração de dano moral.....	274
■ Negativa de cobertura de parto-cesariana durante o período de carência. Dúvida razoável quanto ao caráter urgente do procedimento. Dano moral não configurado .....	274
■ Solicitação de cobertura. Exigência de esclarecimentos médicos. Ausência de ato ilícito.....	275
■ Negativa de cobertura. Procedimento, medicamento ou material necessário para assegurar o tratamento de doenças previstas no contrato. Configuração de dano moral.....	275
■ Negativa de cobertura. Atendimento de urgência. Configuração de dano moral .....	276
■ Desídia da operadora de plano de saúde em autorizar procedimento cirúrgico. Configuração de dano moral.....	276
■ Recusa de cobertura de material essencial à realização de cirurgia. Dano moral configurado.....	277
■ Negativa de cobertura. Tratamento domiciliar ( <i>home care</i> ). Configuração de dano moral.....	277
■ Negativa de cobertura. Dano moral. Necessidade de comprovação .....	278
■ Negativa de cobertura. Dano moral. Não configuração. Dúvida jurídica razoável na interpretação do contrato.....	279
■ Negativa de cobertura. Dano moral. Necessidade de agravamento da vulnerabilidade do paciente .....	279
■ Cobrança da mensalidade em valor superior ao contratado. Configuração de dano moral.....	280
■ Negativa de reembolso do valor pago para transferência de hospital com UTI Móvel. Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor. Dano moral.....	280
■ Negativa de cobertura. Órgão de Defesa do Consumidor. Multa administrativa.....	281
■ Pretensão de nulidade e/ou revisão de cláusula contratual. Ressarcimento de valores pagos. Prescrição.....	282
■ Pretensão de nulidade de cláusula contratual que disciplina reajuste em razão da mudança de faixa etária. Repetição do indébito. Prescrição.....	283

■ Pretensão de nulidade de cláusula contratual que disciplina reajuste em razão da mudança de faixa etária. Repetição do indébito. Prescrição, Recurso Repetitivo.....	284
■ Negativa de cobertura. Custeio pelo segurado. Ressarcimento. Prescrição decenal.....	285
■ Inadimplemento do contrato de plano de saúde. Indenização por danos materiais e morais. Prazo prescricional.....	287
■ Negativa de cobertura. Nulidade de cláusula contratual. Custeio pelo segurado. Ressarcimento. Prescrição trienal.....	287
■ Negativa de cobertura. Autor menor. Competência. Juízo Cível.....	287
◆ Plano ambulatorial.....	288
◆ Consulta com Nutricionista.....	290
◆ Sessão com Fonoaudiólogo, com Psicólogo, com Terapeuta Ocupacional e Psicoterapia.....	290
■ Transtorno de aprendizagem. Tratamento Fonoaudiológico. Cobertura devida.....	291
■ Limitação da quantidade de sessões de fonoaudiologia. Abusividade.....	291
■ Criança portadora de autismo. Limitação do número de sessões de terapia multidisciplinar. Ilegalidade.....	292
■ Transtorno de ansiedade. Tratamento de Psicoterapia. Sessões excedentes ao mínimo. Coparticipação.....	292
■ Interrupção de tratamento de terapia. Esgotamento do número de sessões anuais. Abusividade.....	292
▶ Quimioterapia via oral (art. 12, incisos I, c, e II, g).....	293
■ Radioterapia. Paciente em tratamento de câncer. Cobertura obrigatória....	294
■ Exame PET CT. Usuário portador de câncer. Cobertura devida.....	294
◆ Plano hospitalar.....	296
■ Despesas com acompanhante. Paciente idoso. Cobertura pelo plano de saúde.....	298
▶ Vedação à limitação de prazo de internação.....	298
▶ Internação psiquiátrica e coparticipação.....	299
▶ Ilegitimidade da coparticipação em internação psiquiátrica.....	299
■ Legitimidade da coparticipação em internação psiquiátrica.....	300
■ Legitimidade ou não da coparticipação em internação psiquiátrica. Recurso Repetitivo.....	300
■ Internação psiquiátrica. Exigência de cláusula expressa sobre a coparticipação. Dever de informação.....	301
■ Internação psiquiátrica. Inércia da operadora em indicar prestador credenciado. Coparticipação. Impossibilidade. Reembolso integral.....	302

☐ Internação não relacionada à saúde mental. Vedação à coparticipação em percentual .....	303
☐ Internação <i>home care</i> . Ilegalidade da cobrança de percentual de coparticipação.....	303
◆ Cobertura de transplante.....	303
◆ Transplantes listados no Anexo da RN nº 465/2021 .....	304
☐ Cobertura de transplante. Negativa. Abusividade. Cobertura da Doença...	305
☐ Transplantes previstos no rol de procedimentos da ANS. Não taxatividade.....	306
☐ Transplante. Obrigatoriedade de cobertura das despesas com o doador vivo .....	307
☐ Doença progressiva de ceratocone. Procedimento de implante de anel intra-estromal e Método Crosslinking. Procedimento alternativo ao transplante de córnea.....	307
☐ Serviços gerais de enfermagem. Instrumentação cirúrgica .....	308
☐ Cirurgia buco-maxilo-facial. Deformidade dento-facial. Cirurgia com função reparadora e funcional. Cobertura devida .....	309
◆ Cobertura de remoção de beneficiários vinculados a plano hospitalar.....	310
◆ Plano hospitalar com obstetrícia.....	311
☐ Plano Hospitalar com Obstetrícia. Tratamento de fetoscopia. Cobertura devida.....	312
☐ Plano Hospitalar. Cobertura das consultas e exames do pré-natal. Negativa de cobertura do Parto-Cesariano. Legítima expectativa e dever de informação. Cobertura devida .....	312
☐ Recém-nascido. Internação por período superior a trinta dias. Cobertura devida .....	313
☐ Recém-nascido. Direito a inscrição como dependente. Direito a continuidade do tratamento após os trinta dias do parto .....	313
☐ Plano Hospitalar sem Obstetrícia. Parto de urgência. Cobertura devida.....	314
▶ ANS e inscrição de filhos naturais e adotivos.....	315
◆ Plano odontológico.....	315
☐ Cirurgia buco-maxilo-facial. Procedimento realizado fora do ambiente ambulatorial. Segmentação hospitalar .....	315
☐ Plano odontológico. Operadora. Registro perante o Conselho Regional de Odontologia. Necessidade.....	316
▶ Definição de Carência .....	317
▶ Plano de eficácia do contrato .....	317
▶ Carência. Justificativa.....	317
☐ Carência. Legitimidade de sua previsão contratual.....	317

◆ Vedação à estipulação de carência.....	318
▶ Recontagem de carências.....	318
▶ Carência e atraso no pagamento da mensalidade.....	318
▶ Migração de plano de saúde e portabilidade de carência.....	319
▶ Ampliação do cabimento da portabilidade de carências.....	319
◆ Requisitos para a portabilidade de carências.....	320
▶ Período para solicitar a portabilidade. Revogação do prazo para exercer a troca (“janela”).....	321
▶ Compatibilidade entre o plano de origem e o plano de destino.....	321
▶ <i>Downgrade</i> de plano de saúde. Possibilidade.....	322
◆ Extinção do vínculo do beneficiário com a operadora. Possibilidade de portabilidade de carências. Art. 8º, da RN nº 438/2018.....	322
◆ Descredenciamento de entidade hospitalar. Retirada do serviço de urgência ou emergência. Cabimento da portabilidade de carências. Art. 8º-A, da RN nº 438/2018 (incluído pela RN nº 585/2023, com vigência a partir de 31/12/2024).....	323
◆ Portabilidade especial de carências.....	324
◆ Portabilidade extraordinária de carências.....	324
▣ Portabilidade extraordinária de carências. Cabível a incidência de reajuste.....	324
▣ Portabilidade. Competência. Juizado Especial.....	325
▶ Atendimentos de urgência e de emergência e o período de carência.....	325
◆ Resolução nº 13/98. Carência. Urgência e Emergência.....	327
▶ Resolução nº 13/98 e ofensa à Lei nº 9.656/98.....	328
▣ Caso de urgência ou emergência. Imposição de prazo de carência superior a 24 horas da contratação e de limitação da internação por 12 horas. Abusividade.....	329
▣ Cobertura, para os casos de urgência e de emergência, no segmento ambulatorial, limitada a doze horas. Necessidade de se observar a abrangência da segmentação contratada.....	330
▣ Plano ambulatorial. Atendimento de urgência/emergência. Observância da abrangência da segmentação contratada.....	331
▣ Carência. Atendimento de emergência. Impossibilidade de recusa de cobertura.....	332
▣ Negativa de atendimento de urgência ou emergência. Indevida imposição de carência. Dano moral configurado.....	332
▣ Atendimento em hospital/por profissional não credenciado. Reembolso. Urgência ou Emergência.....	333
▣ Atendimento em hospital/por profissional não credenciado. Urgência ou Emergência. Valor do Reembolso.....	333
▣ Atendimento em hospital não credenciado. Urgência ou Emergência. Negativa indevida de cobertura. Reembolso limitado aos valores da tabela do plano.....	334

☐ Atendimento prestado em hospital não credenciado. Ausência de situação de urgência/emergência. Reembolso devido, limitado ao valor contratado.....	335
☐ Reembolso. Direito à informação. Tabela de preços da operadora. Enunciado nº 72 da 3ª Jornada de Direito da Saúde .....	335
☐ Plano de saúde com opção de livre escolha pelo usuário. Reembolso. Previsão contratual. Enunciado nº 110 da 4ª Jornada de Direito à Saúde .....	336
☐ Atendimento prestado em hospital/por profissional não credenciado. Ausência de situação excepcional. Ausência do direito ao reembolso das despesas médico-hospitalares .....	336
☐ Atendimento em hospital/por profissional não credenciado. Inexistência de profissionais credenciados. Reembolso integral .....	336
◆ Reembolso. Indisponibilidade ou Inexistência de Prestador. Integralidade.....	338
☐ Reembolso assistido ou auxiliado. Nulidade. Ausência de direito a reembolso...	339
☐ Reembolso assistido ou auxiliado. Negativa da operadora. Contrato com prestador que afasta o pagamento direto pelo consumidor. Impossibilidade de cobrança em face do consumidor.....	340
☐ Reembolso de despesas médico-hospitalares realizadas fora da rede credenciada. Obrigatoriedade apenas para hipóteses excepcionais.....	341
▶ Inscrição de filho recém-nascido .....	341
◆ ANS e inscrição de filhos naturais e adotivos.....	341
▶ Regulamentação dos contratos firmados entre 2 de setembro de 1998 e 1º de janeiro de 1999 .....	343
◆ Medicamentos de cobertura obrigatória para tratamento domiciliar.....	344
▶ Tratamentos antineoplásicos.....	344
☐ Câncer. Medicamento de uso domiciliar. Antineoplásico oral. Cobertura devida....	344
◆ Tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral. Resolução Normativa nº 465/2021 .....	345
☐ Tratamento antineoplásico domiciliar de uso oral. Cobertura obrigatória.....	345

### Art. 13

▶ Renovação automática do plano de saúde .....	346
▶ Garantia de renovação automática. Fundamento.....	346
▶ Renovação automática e rescisão unilateral.....	347
◆ Solicitação de cancelamento do contrato do plano de saúde individual ou familiar e de exclusão de beneficiário de contrato coletivo empresarial ou por adesão .....	347
☐ Morte do beneficiário. Momento em que se dá o cancelamento do contrato de plano de saúde. Ciência inequívoca pela operadora .....	349
☐ Rescisão unilateral do plano de saúde por iniciativa do usuário. Necessidade de expressa e inequívoca comunicação à operadora .....	350
▶ Ausência de renovação automática nos planos de saúde coletivos.....	351

■ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo. Cabimento após doze meses de vigência .....	351
■ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo. Beneficiário em tratamento médico .....	351
■ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo. Beneficiária em período gestacional. Impossibilidade .....	352
■ Plano de saúde coletivo. Rescisão unilateral. Beneficiário submetido a tratamento médico. Recurso Repetitivo .....	352
■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo em razão da alta sinistralidade e da idade avançada dos beneficiários. Vedação.....	352
■ Rescisão unilateral de plano de saúde. Usuário em tratamento médico. Impossibilidade.....	353
■ Inatividade da pessoa jurídica contratante. Rescisão unilateral do plano de saúde pela operadora. Cabimento .....	353
▶ Recontagem de carências.....	354
▶ Regime de contratação e possibilidade de rescisão unilateral.....	354
▶ Rescisão unilateral por fraude .....	354
■ Rescisão contratual por fraude. Ausência de má-fé do beneficiário. Não compreensão do conteúdo da declaração de saúde.....	355
■ Rescisão contratual por fraude. Ausência de má-fé da beneficiária. Responsabilidade da operadora do plano em analisar os documentos.....	356
▶ Rescisão unilateral por inadimplemento.....	356
◆ Notificação para purgação da mora. Requisitos. Súmula Normativa nº 28/2015 (em vigor até 01/12/2024).....	357
◆ Notificação por inadimplência. Obrigatoriedade. Resolução Normativa nº 593/2023 (em vigor a partir de 01/12/2024 – RN nº 613/2024).....	358
◆ Notificação por inadimplência. Meios de notificação. Resolução Normativa nº 593/2023 (em vigor a partir de 01/12/2024 – RN nº 613/2024).....	359
◆ Notificação por inadimplência. Encargos moratórios. Purgação da mora. Resolução Normativa nº 593/2023 (em vigor a partir de 01/12/2024 – RN nº 613/2024) .....	360
◆ Notificação por inadimplência. Internação do beneficiário. Vedação, Resolução Normativa nº 593/2023 (em vigor a partir de 01/12/2024 – RN nº 613/2024).....	360
■ Notificação por inadimplência. Obrigatoriedade. Prazo para purgação da mora.....	361
■ Rescisão unilateral por inadimplência. Ausência de notificação prévia. Dano moral configurado .....	361
■ Rescisão unilateral por inadimplência. Não atendimento dos requisitos legais. Dano moral configurado .....	361

■ Rescisão unilateral por inadimplência. Ausência de notificação pessoal. Restabelecimento do plano de saúde.....	362
■ Rescisão unilateral por inadimplência. Simples indicação da inadimplência no boleto da mensalidade. Necessidade de notificação expressa .....	363
■ Rescisão unilateral e desnecessidade de processo judicial.....	363
■ Rescisão por inadimplemento. Validade da notificação pela via postal. Recebimento de mensalidade após notificação. Impossibilidade de rescisão do contrato .....	364
■ Suspensão de atendimento em caso de atraso no pagamento de uma única parcela. Abusividade .....	364
■ Mensalidades em atraso. Termo inicial dos juros de mora .....	364
■ Pagamento das mensalidades com atraso, sem oposição da operadora. <i>Supressio</i> . Indevido cancelamento unilateral do plano de saúde .....	365
■ Inadimplemento do usuário. Pagamento das mensalidades posteriores, sem oposição da operadora. Boa-fé objetiva. Indevido cancelamento unilateral do plano de saúde .....	365
▶ Inadimplemento do beneficiário em plano de saúde coletivo patrocinado .....	366
▶ Rescisão unilateral e internação hospitalar .....	366
■ Rescisão unilateral. Tratamento médico de urgência ou emergência. Impossibilidade .....	368
▶ Rescisão unilateral e Plano Coletivo com vínculo empregatício.....	368
▶ Rescisão unilateral e Plano de Saúde coletivo por adesão ou empresarial.....	368
■ Rescisão unilateral de plano coletivo empresarial ou por adesão. Requisitos.....	370
■ Rescisão unilateral de plano coletivo. Dever da operadora de notificar cada beneficiário .....	370
◆ Rescisão unilateral de plano coletivo empresarial ou por adesão. Dever de disponibilização de plano individual ou familiar. Resolução CONSU nº 19/1999....	370
■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Não comercialização de plano individual. Ausência do dever de oferta de plano individual .....	372
■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Responsabilidade solidária entre administradora e operadora para a disponibilização de plano individual ou familiar.....	372
■ Rescisão unilateral de plano coletivo. Dever de disponibilização de plano individual ou familiar. Ausência de obrigação de manutenção dos valores.....	373
■ Rescisão de contrato de plano de saúde coletivo pela estipulante. Ausência de direito à manutenção do valor das mensalidades .....	374
■ Rescisão unilateral de plano coletivo. Ausência de comercialização de plano individual ou familiar. Direito à portabilidade de carências .....	374
■ Rescisão unilateral de plano coletivo. Direito à portabilidade de carências. Garantia de finalização do tratamento médico em curso .....	376

◆ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo empresarial por empresário individual. Hipóteses e requisitos.....	377
■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Tratamento médico em curso. Impossibilidade .....	377
■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Beneficiário em tratamento médico. Manutenção da cobertura. Recurso Repetitivo .....	378
■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Beneficiária grávida. Cobertura até a alta hospitalar pós-parto. Enunciado nº 17 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF.....	380
■ Rescisão unilateral. Plano de Saúde coletivo. Menos de trinta beneficiários. Impossibilidade .....	380
■ Plano de saúde coletivo empresarial com menos de 30 beneficiários. Rescisão Unilateral. Motivação idônea. Recurso Repetitivo .....	382
■ Pandemia do Coronavírus (Covid-19).Impossibilidade de rescisão unilateral do contrato de plano de saúde .....	382

#### Art. 14

◆ Vedação à recusa de contratação por discriminação do consumidor. Art. 39, IX, do CDC .....	383
▶ A vedação da recusa de contratar não significa universalidade de acesso.....	383
▶ Plano de Saúde e Idoso.....	384
◆ Plano de Saúde e Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Art. 5º, da Lei nº 12.764/2012.....	384
◆ Extensão da cobertura do plano de saúde para pessoa com Transtorno do Espectro Autista .....	384
■ Criança diagnosticada com transtorno do espectro autista. Cobertura do tratamento pelo método de Análise Aplicada do Comportamento (ABA)	387
■ Transtorno do espectro autista. Tratamento multidisciplinar. Musicoterapia. Cobertura obrigatória.....	387
■ Transtorno do espectro autista. Tratamento multidisciplinar. Serviço inexistente na rede credenciada. Reembolso integral .....	388
◆ Transtorno do Espectro Autista. Sessão com Fonoaudiólogo, com Psicólogo, com Terapeuta Ocupacional e Psicoterapia. Impossibilidade de limitação do número de sessões.....	389
■ Transtorno do espectro autista. Psicopedagogia. Cobertura obrigatória .....	390
■ Terapias multidisciplinares. Cobertura determinada em decisão judicial. Requisitos a serem observados pelo magistrado. Enunciado nº 105 da 4ª Jornada de Direito da Saúde .....	391
■ Terapias multidisciplinares. Transtorno do Espectro Autista. Direito do beneficiário do plano de saúde ao reembolso dos valores pagos pelos atendimentos não cobertos pela operadora .....	391

▶ Acompanhante terapêutico em ambiente escolar. Criança com Transtorno do Espectro Autista. Tratamento multidisciplinar. Cobertura devida .....	392
☐ Transtorno do espectro autista. Medicamento à base de canabidiol. Cobertura obrigatória .....	394
◆ Plano de Saúde e Pessoa com Deficiência. Arts. 20 e 23 da Lei nº 13.146/2015.....	395
☐ Inconstitucionalidade de Lei Estadual que disciplina a cobertura obrigatória do plano de saúde para as pessoas com deficiência.....	395
☐ Síndrome de Down. Tratamento Multidisciplinar. Cobertura obrigatória.....	396
☐ Paralisia cerebral. Tratamento Multidisciplinar. Equoterapia. Cobertura obrigatória.....	396
▶ Condições de admissão de usuários.....	397

## Art. 15

☐ Constitucionalidade.....	397
▶ Reajuste. Finalidade de sua Incidência.....	397
▶ Hipóteses de Reajustes .....	397
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Suspensão dos reajustes dos planos de saúde .....	398
▶ Reajuste por variação dos custos assistenciais e revisão técnica .....	398
☐ Reajuste em razão da mudança de faixa etária do usuário. Fundamento .....	398
▶ Reajuste por faixa etária e planos antigos .....	399
▶ Reajuste por faixa etária e planos novos.....	399
◆ Reajuste por faixa etária e Resolução nº 6/1998.....	399
▶ Reajuste por faixa etária e Estatuto da Pessoa Idosa .....	399
▶ Significado do art. 15, § 3º, do Estatuto da Pessoa Idosa e possibilidade de reajuste.....	400
◆ Reajuste por faixa etária: Resolução Normativa nº 63/03.....	400
◆ Reajuste por faixa etária. Resolução Normativa nº 563/2022.....	400
▶ Reajuste por faixa etária. Concluindo .....	401
▶ Reajuste por faixa etária. Consequência da Resolução Normativa nº 563/2022.....	401
☐ Tese firmada pelo STJ sobre o reajuste por faixa etária.Planos Individuais ou Familiares.....	401
☐ Tese firmada pelo STJ sobre o reajuste por faixa etária. Planos Coletivos...	402
☐ Parâmetros de controle da abusividade dos reajustes por faixa etária. Interpretação da expressão “variação acumulada”.....	402
☐ Reajuste por faixa etária e marcos regulatórios.....	403
▶ Crítica à tese firmada pelo STJ sobre o reajuste por faixa etária nos planos individuais e familiares.....	403

- ▣ Reajuste por faixa etária. Idoso. Contratação firmada na penúltima faixa etária. Ausência de abusividade no percentual..... 404
- ◆ Reajuste por faixa etária. Projeto de Lei ..... 405

**Art. 16**

- ▶ Dever de clareza e contrato de plano de saúde ..... 406
  - ▶ Dever de clareza. Fundamento ..... 406
- ◆ ANS e cláusulas contratuais obrigatórias ..... 406
- ▶ Condições de admissão como usuário de plano de saúde..... 407
- ▶ Modalidades de admissão ao plano de saúde ..... 407
- ▶ Filhos como dependentes em plano de saúde..... 407
  - ◆ ANS e inscrição de filho do titular como dependente ..... 407
  - ▶ Amplitude da inscrição de filho do titular como dependente..... 408
  - ▶ Inscrição de filho socioafetivo como dependente ..... 408
  - ▶ Filho. Dependente. Reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva .... 408
  - ▣ Cobertura de lesões congênitas de filhos dos usuários do plano de saúde..... 409
  - ▣ Negativa de cobertura ao filho recém-nascido. Configuração de dano moral..... 409
  - ▣ Filho dependente no plano de saúde. Idade limite. Possibilidade..... 410
- ▶ Cônjuge ou companheiro como dependentes em plano de saúde ..... 410
  - ▣ Inclusão de cônjuge servidor público como dependente do titular servidor público. Possibilidade ..... 411
  - ▶ Dissolução do casamento ou da união estável do titular do plano de saúde. Garantia de desmembramento da relação contratual ao ex-consorte ... 411
  - ▣ Cônjuge dependente. Divórcio. Assunção da titularidade do contrato coletivo pelo dependente idoso ..... 413
  - ▣ Divórcio. Permanência do ex-cônjuge como dependente. Legitimidade..... 414
- ▣ Inscrição dos netos menores, sob a guarda dos avós, como dependentes. Possibilidade ..... 414
- ▣ Inscrição de menor, sob a guarda dos tios, como dependente. Possibilidade..... 415
- ▣ Guarda de menor. Inclusão como dependente natural. Possibilidade ..... 415
- ▣ Inscrição como dependente. Menor sob guarda judicial. Cabimento Equiparação à condição de filho..... 415
- ◆ Admissão como dependente. Grupo Familiar. Planos coletivos ..... 416
- ▶ Hipervulnerabilidade dos usuários de plano de saúde ..... 416
- ▶ Hipervulnerabilidade dos idosos usuários de plano de saúde..... 417

▣ Contribuição para o custeio da saúde dos servidores públicos estaduais. Contribuição compulsória. Inconstitucionalidade.....	417
▣ Recusa de contratação pela operadora. Consumidor com o nome negativo. Abusividade. Serviço essencial.....	418
▶ Início de vigência do plano de saúde .....	419
▶ Início de vigência e prazos de carência.....	419
▣ Demora na entrega da carteira. Cobertura fornecida. Ausência de dano mora .....	419
▶ Rescisão unilateral. Plano de saúde individual ou familiar .....	420
▶ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo.....	420
▶ Coberturas mínimas. Planos segmentados.....	420
◆ Regulamentação dos regimes de contratação .....	420
▶ Plano de saúde individual ou familiar. ....	420
▣ Dissolução do casamento/união estável. Exclusão do ex-cônjuge/companheiro como dependente no plano de saúde. Fornecimento de plano individual.....	421
▶ Plano individual e doença preexistente.....	421
▶ Boicote aos contratos individuais pelas operadoras .....	421
▣ Oferecimento de plano individual no mercado, Inexistência de obrigatoriedade.....	422
▶ Plano de saúde coletivo empresarial.....	423
▣ Sociedade anônima de capital fechado. Sócio. Inclusão. Enunciado nº 20 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF .....	423
◆ Plano coletivo empresarial. Vínculo .....	423
▶ Plano coletivo empresarial. Pagamento, Carência e Doenças Preexistentes...	423
▣ Plano de saúde coletivo empresarial. Competência para processar e julgar ação proposta pelo beneficiário. Justiça Comum ou Justiça do Trabalho.....	423
▣ Plano de saúde coletivo empresarial. Ação judicial entre beneficiário e operadora. Negativa de cobertura. Ausência de interesse jurídico da empregadora...	425
◆ Plano de saúde coletivo empresarial contratado por empresário individual. .	426
▶ Plano de saúde coletivo por adesão.....	427
▶ Plano coletivo por adesão. Dependentes e Vedação à Carência .....	428
▶ Plano coletivo por adesão. Pagamento .....	428
▶ Semelhanças entre os planos coletivos empresarial e por adesão. Rescisão do contrato.....	428
▶ Semelhanças entre os planos coletivos empresarial e por adesão. Reajuste...	428
▶ Contrato “falso coletivo” .....	428
▶ Contratos “falsos coletivos”. Hipóteses de ocorrência.....	429

■ Contratos “falsos coletivos”. Incidência da regulamentação dos contratos individuais ou familiares. Enunciado nº 35 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	430
■ Plano coletivo. Pretensão de cobrança contra a empresa que contratou o plano de saúde. Prazo Prescricional.....	431
■ Plano de saúde. Cobrança de mensalidade. Boletim bancário. Prazo prescricional quinquenal.....	432
■ Plano de saúde coletivo. Número mínimo de beneficiários Legalidade da previsão contratual.....	432
■ Plano de saúde coletivo. Vigência do contrato sem observar o número mínimo de beneficiários. Impossibilidade de rescisão contratual. Vedação de comportamento contraditório.....	433
■ Plano de saúde coletivo. Cláusula de cobrança mínima. Necessidade de preservação do equilíbrio entre o montante das mensalidades e a obrigação assumida pela operadora.....	433
■ Plano de saúde coletivo. Inatividade da pessoa jurídica contratante. Rescisão contratual.....	434
▶ Franquia. Conceito.....	434
▶ Recuperação de despesa assistencial. Conceito.....	435
▶ Coparticipação. Conceito.....	435
◆ Mecanismos Financeiros de Regulação.....	435
■ Mecanismos Financeiros de Regulação. ADPF nº 532/DF.....	435
◆ Mecanismos Financeiros de Regulação. Revogação. Resolução Normativa nº 434, de 3 de setembro de 2018.....	436
■ Perda superveniente do objeto da ADPF nº 532/DF.....	436
◆ Internação psiquiátrica e coparticipação.....	436
■ Coparticipação. Legitimidade de sua previsão contratual.....	437
■ Coparticipação. Cálculo do seu percentual para cobertura de procedimento extra rol.....	438
▶ Agravo. Cabimento.....	439
◆ Área geográfica de abrangência. Resolução Normativa nº 465/2021, art. 1º, § 2º.....	439
◆ Conceito. Área geográfica de abrangência. Resolução Normativa nº 566/2022, art. 1º, § 1º, I.....	439
◆ Conceito. Área de Atuação do Produto. Resolução Normativa nº 566/2022, art. 1º, § 1º, II.....	439
◆ Conceito. Município de Demanda. Resolução Normativa nº 566/2022, art. 1º, § 1º, III.....	440
◆ Conceito. Região de Saúde. Resolução Normativa nº 566/2022, art. 1º, § 1º, V.....	440

▶ Cláusula de área geográfica de abrangência do plano de saúde. Licitude.....	440
▣ Rede interligada. Área geográfica de abrangência. Teoria da Aparência .....	440
◆ Indisponibilidade de Prestador Integrante da Rede Assistencial no Município. Resolução Normativa nº 566/2022, art. 4º .....	441
◆ Inexistência de Prestador no Município. Resolução Normativa nº 566/2022, arts. 5º e 6º.....	442
◆ Indisponibilidade ou Inexistência de Prestador Integrante da Rede Assistencial no Município. Garantia de transporte. Resolução Normativa nº 566/2022, arts. 7º, 8º e 9º.....	443
◆ Negativa de cobertura na hipótese de indisponibilidade ou inexistência de Prestador. Reembolso. Resolução Normativa nº 566/2022, art. 10.....	444
▣ Inexistência de prestador. Transporte do paciente. Negativa da operadora. Reembolso integral dos valores gastos pelo usuário.....	445
▣ Tratamento fora de domicílio. Descaracterização. Alteração do domicílio por prazo indeterminado. Enunciado nº 115 da 4ª Jornada de Direito da Saúde...	445
▶ Reajuste e Dever de Informação .....	445
◆ Regulamentação dos critérios de reajuste e revisão .....	446
▶ Reajuste em razão do aumento dos custos operacionais.....	447
▶ Custos operacionais. Definição e abrangência.....	447
◆ Reajuste. Planos individuais e familiares regulados pela Lei nº 9.656/98...	447
◆ Metodologia para o reajuste dos planos individuais e familiares. Índice Máximo de Reajuste Anual das Contraprestações Pecuniárias dos Planos de Saúde Individuais ou Familiares (IRPI) .....	447
◆ Reajuste. Planos individuais e familiares anteriores à Lei nº 9.656/98 .....	448
◆ Reajuste. Planos Coletivos .....	448
▶ Crítica à dispensa de prévia autorização da ANS para o reajuste das mensalidades dos planos coletivos .....	448
▣ Reajuste das mensalidades dos planos coletivos. Aplicação do índice de reajuste dos planos individuais e familiares aos planos coletivos. Impossibilidade .....	449
▣ Reajuste das mensalidades. Plano Falso Coletivo. Incidência dos índices da ANS para os planos individuais.....	450
◆ Agrupamento de contratos para fins de cálculo e aplicação de reajuste ....	450
▣ Reajuste das mensalidades. Plano de saúde coletivo com menos de trinta beneficiários. Não adoção do índice de reajuste dos contratos individuais. Dever de agrupamento de contratos.....	452
▶ Plano com ou sem patrocinador.....	452
◆ Reajuste. Planos Odontológicos.....	453
▣ Contrato de plano de saúde internacional. Não incidência dos reajustes anuais autorizados pela ANS .....	453

▶ Reajuste em razão da mudança de faixa etária do usuário.....	454
▶ Reajuste em razão de revisão técnica .....	454
▶ Revisão técnica. Alteração unilateral. Ofensa ao CDC.....	454
◆ Revisão Técnica. Revogação da Resolução Normativa nº 19/2002.....	455
▶ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade.....	455
◆ Sinistralidade. Conceito.....	455
◆ Sinistralidade. Problemática.....	455
▶ Posicionamento desfavorável ao reajuste em razão do aumento da sinistralidade .....	456
◆ Planos de Saúde Coletivos. Reajuste por sinistralidade. Transferência do risco do negócio e desequilíbrio contratual.....	457
▶ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade e contrato coletivo com menos de trinta beneficiários.Agrupamento de contratos.....	458
▶ Posicionamento favorável ao reajuste em razão do aumento da sinistralidade .....	459
◆ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade. Planos de Saúde Coletivos. Resolução Normativa nº 565/2022 – art. 27.....	461
▣ Reajuste por sinistralidade e aumento do índice VCMH. Necessidade de comprovação.....	461
▣ Reajuste por sinistralidade. Ônus da prova do aumento da sinistralidade. Operadora do Plano de saúde.....	462
▣ ANS não é parte legítima em demanda em que se discuta suposto abuso em reajuste de plano de saúde.....	463
▣ Reajuste de plano de saúde coletivo. Alegação de abusividade. Necessidade de prova pericial.....	463
▣ Percentual de reajuste abusivo. Órgão de Defesa do Consumidor. Multa administrativa.....	464
◆ Registro da operadora e do produto .....	464
◆ Operar sem registro na ANS. Infração .....	465
▶ Dever de Informação. Entrega de cópia do contrato.....	465
▣ Ausência de entrega de cópia do contrato. Violação do dever de informação. Cobertura devida .....	465
◆ Manual de Orientação para Contratação de Planos de Saúde e Guia de Leitura Contratual .....	466

**Art. 17**

▶ Qualidade da rede de prestadores de serviços médicos .....	467
▶ Prestadores de Serviços de Saúde e Modalidades de contratação .....	467
▶ Modalidades de contratação e influência da operadora sobre os profissionais .....	468

■ Responsabilidade da operadora pela qualidade do atendimento prestado em hospitais e por médicos a ela credenciados .....	468
■ Responsabilidade solidária entre a operadora do plano de saúde e os profissionais e/ou hospitais credenciados.....	469
▶ Dever de manutenção da rede de prestadores de serviços .....	471
▶ Possibilidade de substituição da rede de prestadores de serviços.....	471
▶ Substituição do prestador de serviço. Requisitos .....	471
▶ Substituição de prestadores de serviços não hospitalares. Requisitos. Arts. 3º e 4º da Resolução Normativa nº 567/2022.....	472
■ Comunicação prévia aos usuários sobre a substituição do prestador de serviço.....	473
■ Comunicação prévia à ANS sobre a substituição do prestador de serviço....	473
◆ Substituição do prestador de serviço. Divulgação no Portal Corporativo e na Central de Atendimento. Art. 10 da Resolução Normativa nº 567/2022.....	474
▶ Manutenção da qualidade da rede de prestadores de serviço. Contratos antigos e novos.....	474
▶ Ausência de comunicação prévia sobre a substituição do prestador de serviço. Responsabilidade .....	475
■ Ausência de comunicação prévia sobre a substituição do prestador de serviço. Configuração de dano moral.....	475
■ Alterações na rede assistencial hospitalar, Substituição da entidade hospitalar ou redimensionamento de rede por redução. Diretrizes. Resolução Normativa nº 585/2023 (em vigor a partir de 31/12/2024 – RN nº 609/2024).....	476
■ Substituição de entidade hospitalar pela operadora. Resolução Normativa nº 585/2023 (em vigor a partir de 31/12/2024 – RN nº 609/2024).....	476
■ Redimensionamento da rede hospitalar por redução. Resolução Normativa nº 585/2023 (em vigor a partir de 31/12/2024 – RN nº 609/2024).....	477
■ Comunicação individualizada sobre as alterações na rede assistencial hospitalar. Resolução Normativa nº 585/2023 (em vigor a partir de 31/12/2024 – RN nº 609/2024) .....	478
■ Entidade hospitalar descredenciada. Direito à portabilidade. Resolução Normativa nº 585/2023 (em vigor a partir de 31/12/2024 – RN nº 609/2024).....	479
■ Descredenciamento do estabelecimento hospitalar. Continuação do tratamento na rede interligada. Teoria da Aparência.....	479
■ Descredenciamento. Iniciativa da clínica médica. Necessidade de comunicação prévia ao beneficiário do plano de saúde .....	480
■ Descredenciamento de clínica médica no curso do tratamento. Não oferecimento de continuidade do tratamento em clínica equivalente. Prática abusiva configurada .....	481

- ❑ Descredenciamento de clínica médica no curso do tratamento. Ausência de notificação e de substituição por outra clínica equivalente. Custeio integral pela operadora..... 482
  - ❑ Decretação de falência da rede conveniada. Dever da operadora de disponibilização da cobertura por outros profissionais e/ou estabelecimentos..... 483
- ▶ Custeio de procedimentos prestados fora da rede credenciada..... 483
- ▶ Profissional e/ou estabelecimento não integrante à rede credenciada. Legitimidade do limite do valor do reembolso..... 483
- ❑ Reembolso de despesas médico-hospitalares realizadas fora da rede credenciada. Obrigatoriedade apenas para hipóteses excepcionais..... 485
  - ❑ Crítica ao entendimento de ser obrigatório o reembolso das despesas médico-hospitalares fora da rede credenciada apenas em hipóteses excepcionais..... 485
  - ▶ Limitação do valor do reembolso. Existência de profissional credenciado apto ao atendimento..... 487
  - ❑ Ausência de prestador de serviços de saúde na rede credenciada. Omissão da operadora. Reembolso integral..... 487
- ❑ Negativa de cobertura ilegítima. Beneficiário que custeia o procedimento médico de emergência/urgência. Reembolso integral, a título de indenização por danos materiais..... 488
- ❑ Hospital credenciado. Internação. Dever de cobertura dos honorários médicos quando ausente informação prévia sobre a limitação do credenciamento..... 489
- ❑ Descredenciamento requerido pelo prestador de serviço. Operadora impõe, como condição, o credenciamento de novo prestador equivalente. Impossibilidade..... 489

#### Art. 17-A

- ◆ Condições de prestação de serviços..... 491
- ◆ Práticas e condutas vedadas na contratação entre operadoras e prestadores de serviços. Art. 5º, da RN nº 503/2022..... 491
- ❑ Responsabilidade solidária entre operadora e hospital/médico conveniado ou credenciado..... 491
  - ▶ Responsabilidade civil do médico. Responsabilidade subjetiva..... 492
  - ▶ Responsabilidade civil dos hospitais. Responsabilidade objetiva..... 493
  - ❑ Responsabilidade civil dos hospitais quanto à atuação dos médicos contratados. Natureza Subjetiva..... 493
  - ❑ Responsabilidade por erro médico. Ausência de vínculo do médico com o hospital e com o plano de saúde. Responsabilidade subjetiva exclusiva do médico..... 493

■ Profissional médico. Livre escolha. Reembolso pela operadora. Erro médico. Ausência de responsabilidade da operadora.....	494
▶ Observação. Terminologia “erro médico” .....	495
▶ Telemedicina. Definição e Modalidades.....	495
◆ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina. Ministério da Saúde....	496
◆ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina .....	496
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina ou Telessaúde. Planos de Saúde.....	498
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina. Pontos favoráveis à sua adoção .....	498
■ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Usuário acometido da doença. Atendimento de emergência. Carência de 24 horas.....	499
■ Telemedicina. Regulamentação .....	500
■ Telemedicina. Telessaúde. Legislação.....	500

### Art. 18

▶ Imposição de exclusividade aos médicos. Infração da Ordem Econômica.....	502
■ Cooperativa de médicos. Cláusula de Exclusividade. Ilegalidade .....	503
■ Cooperativa de trabalho médico. Limitação de ingresso. Princípio das portas abertas.....	504
■ Cooperativa de trabalho médico. Princípio da porta aberta não é absoluto .....	505
■ Imposição à entidade hospitalar de se credenciar à operadora. Impossibilidade. Autonomia privada.....	505

### Art. 19

◆ Autorização de funcionamento e Registro .....	507
▶ Registro provisório.....	507
■ Constitucionalidade.....	507
■ Exercício de atividade de operadora de plano de saúde sem a autorização de funcionamento. Satisfação dos requisitos legais à época da atuação.....	508
◆ Programa de Acreditação de Operadoras de Planos de Saúde .....	508

### Art. 20

◆ Fiscalização. Visita Técnica.....	509
◆ Fiscalização. Visita Técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial .....	511
◆ Envio de informações do Sistema de Informações de Produtos (SIP).....	511

**Art. 21**

- ▶ Vedação às operações financeiras com membros diretivos das operadoras de plano de saúde..... 512
- ▣ Definição de operação financeira. Não vedação à realização de negócio jurídico de natureza civil..... 512

**Art. 22**

- ◆ Plano de Contas Padrão da ANS..... 513
- ▣ Não submissão das contas a auditores independentes. Multa..... 514
- ▣ Parecer emitido pelos auditores independentes não goza de presunção *juris et de jure*..... 514
- ◆ Governança Corporativa. Operadoras de Planos de Saúde..... 515
- ◆ Plano de Contas. Contabilização dos montantes devidos de ressarcimento ao SUS..... 515

**Art. 23**

- ◆ Falência (Lei nº 11.101/05). Operadora de Plano de Saúde. Não submissão.... 516
- ▶ Procedimento falimentar de operadora de plano de saúde. Excepcionalidade..... 516
- ▶ Crimes falimentares..... 517

**Art. 24**

- ▶ Crítica à opção legal para repressão da gestão irregular das operadoras. Necessidade de Criminalização..... 517
- ◆ Alienação de carteira..... 518
  - ▣ Alienação de carteira. Dever da alienante e da adquirente de manter a cobertura securitária originariamente contratada pelo consumidor. Boa-fé objetiva..... 518
- ◆ Regime de direção fiscal..... 519
- ◆ Regime de direção técnica..... 520
- ◆ Plano de Recuperação Assistencial..... 520
- ◆ Liquidação extrajudicial..... 521
- ◆ Liquidação extrajudicial. Presença de beneficiários ativos..... 521

**Art. 24-A**

- ◆ Administrador. Conceito..... 523
- ◆ Pessoas vedadas a ocupar o cargo de administrador..... 524
- ◆ Indisponibilidade de bens dos administradores..... 524
- ▶ Responsabilidade solidária dos administradores..... 525

❑ Indisponibilidade de bens dos administradores Exigência de efetiva participação em atos de direção.....	526
❑ Indisponibilidade de bens. Exclusão dos bens alienados anteriormente à decretação do regime fiscal.....	526
❑ Indisponibilidade de bens até apuração e liquidação final das responsabilidades .....	526
❑ Regime de direção fiscal. Indisponibilidade de bens. Poder geral de cautela. Ampliação do período mínimo legal para apuração da responsabilidade solidária dos administradores.....	527
❑ Regime de direção fiscal. Indisponibilidade de bens. Perpetuação da medida constritiva. Ilegalidade .....	527
❑ Indisponibilidade de bens. Conselheiro de Administração e Ex-Conselheiro Fiscal .....	528
<b>Art. 24-B</b>	
◆ Diretor Fiscal.....	529
◆ Diretor Técnico.....	530
<b>Art. 24-C</b>	
◆ Créditos decorrentes da prestação de serviços de plano de saúde. Crédito com privilégio especial na falência .....	532
<b>Art. 24-D</b>	
◆ Lei de Falência.....	534
<b>Art. 25</b>	
◆ Fiscalização do setor privado de assistência à saúde. ANS.....	534
◆ Sanções. Resolução Normativa nº 489, de 29 de março de 2022.....	535
◆ Penalidades para as infrações aos contratos e à legislação dos planos de saúde .....	535
◆ Infrações à legislação da saúde suplementar. Tipificação .....	536
❑ Cumulação de penalidades. Infrações diversas .....	536
◆ Processo administrativo para apuração e punição das infrações.....	537
◆ Reparação voluntária e eficaz.....	537
❑ Penalidade de multa. Reajuste em desacordo com previsão da ANS. Reparação voluntária. Não configuração .....	537
❑ Penalidade de multa. Rescisão unilateral do contrato. Ilegalidade. Incidência da penalidade.....	538
❑ Reparação voluntária e eficaz. Configuração.....	539
❑ Procedimento administrativo. Operadora de plano de saúde. Negativa de cobertura indevida. Comprovação. Multa adequada .....	539

- Auto de infração. Ilegítima negativa de cobertura de cirurgia bariátrica..... 540
- Auto de infração. Redução da rede credenciada sem prévia autorização. Multa pela infringência ao art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98..... 541
- Infração à lei. Cobrança de multa por atraso no pagamento em percentual superior a 2%. Penalidade de multa pecuniária devida..... 541
- ◆ Processo administrativo eletrônico na ANS..... 541

**Art. 26**

- ◆ Sobre os bens pessoais dos diretores, administradores, gerentes e membros de conselhos da operadora..... 542

**Art. 27**

- ◆ Multa. Regulamentação..... 542
- Reparação voluntária e eficaz em tempo hábil. Desconstituição da multa..... 542
- Possibilidade de anulação da penalidade de multa. Inocorrência..... 542

**Art. 28**

- ◆ Texto legal revogado:..... 543
- ▶ Absorção das atribuições da SUSEP pela ANS..... 543

**Art. 29****Art. 29-A**

- ◆ Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta..... 545
- Termo de compromisso de ajuste de conduta. Ausência de direito subjetivo..... 546

**Art. 30****Art. 31**

- ▶ Plano de saúde coletivo empresarial. Rescisão do contrato de trabalho e Aposentadoria. Manutenção do contrato de plano de saúde. Condição. Efetiva Contribuição..... 547
  - Contribuição do empregado não precisa englobar todo o período do vínculo contratual..... 548
  - Mensalidade do plano de saúde. Desconto no salário. Manutenção da natureza salarial. Mera antecipação de pagamento..... 548
- ▶ Coparticipação do empregado. Não configuração de pagamento parcial do plano de saúde..... 549
- ◆ Extinção do vínculo de beneficiário em caso de demissão, exoneração ou aposentadoria. Portabilidade de Carência..... 550

■ Plano de saúde coletivo empresarial. Término do prazo de manutenção do contrato em favor do ex-empregado. Prorrogação do prazo enquanto perdurar o atendimento médico em andamento .....	551
■ Plano de saúde coletivo empresarial. Término do prazo de manutenção do contrato em favor do ex-empregado. Tratamento médico em andamento. Recurso Repetitivo.....	552
■ Plano de saúde coletivo empresarial. Manutenção do ex-empregado no plano de saúde além do prazo legal. Confiança. Exclusão indevida pelo ex-empregador.....	552
■ Plano de saúde coletivo empresarial. Permanência do ex-empregado no plano de saúde além do prazo legal. <i>Supressio</i> . Direito de manutenção.....	553
■ Beneficiário aposentado. Ausência de contribuição. Manutenção do usuário por opção do empregador. Exclusão posterior. Vedação comportamento contraditório.....	554
■ Empregado aposentado. Manutenção do vínculo com as mesmas condições de cobertura assistencial. Assunção do pagamento integral .....	555
■ Empregado demitido. Aposentadoria posterior. Direito a se manter como beneficiário do plano de saúde empresarial .....	555
▶ Beneficiários aposentados ou ex-empregados. Condições de cobertura e custeio. Controvérsia.....	556
◆ ANS. Condições de cobertura e custeio aos beneficiários aposentados ou ex-empregados .....	556
■ Valores diferenciados para beneficiários ativos e inativos. Impossibilidade.....	557
■ Divisão de categorias entre beneficiários ativos e inativos. Possibilidade.....	559
■ Direito adquirido ao modelo de custeio. Inocorrência.....	560
■ Plano de saúde coletivo empresarial. Inativos. Necessidade de paridade com os preços e condições de reajuste praticados para os empregados ativos.....	561
■ Beneficiários aposentados ou ex-empregados. Condições de cobertura e custeio. Recurso Repetitivo .....	562
■ Ação de obrigação de fazer. Manutenção da qualidade de beneficiário ao ex-empregado. Legitimidade passiva .....	562
■ Ação de obrigação de fazer. Manutenção da qualidade de beneficiário ao ex-empregado. Ilegitimidade passiva da estipulante.....	563
■ Plano de saúde coletivo empresarial. Ação judicial entre beneficiário e operadora. Controvérsia sobre a forma de custeio. Ausência de interesse jurídico da empregadora.....	563
■ Cancelamento do contrato pelo empregador. Manutenção do ex-empregado no mesmo plano de saúde. Impossibilidade .....	564
■ Cancelamento do contrato pelo empregador. Migração para plano individual. Cabimento .....	565

■ Cancelamento do contrato pelo empregador. Beneficiário em tratamento médico. Manutenção do contrato até o término do tratamento.....	565
■ Empregado aposentado. Manutenção da condição de beneficiário do plano coletivo determinada por decisão judicial. Rescisão do plano coletivo. Ausência de descumprimento da condenação judicial.....	566
■ Falência do empregador. Inadimplência. Rescisão do contrato coletivo. Migração. Mensalidades de acordo com o mercado.....	566
■ Plano de saúde coletivo. Rescisão de contrato de parceria rural. Ausência de vínculo empregatício, inexistindo direito ao benefício do art. 30.....	567
▶ Morte do titular. Manutenção do contrato de plano de saúde ao grupo familiar.....	567
■ Morte do(a) titular do plano de saúde coletivo. Dependente idoso(a). Sucessão da titularidade.....	567
■ Morte do titular. Manutenção do contrato de plano de saúde aos agregados.....	568
▶ Morte do titular. Período de remissão.....	569
■ Plano de saúde coletivo. Morte do titular. Término do período de remissão. Impossibilidade de exclusão da dependente.....	570
■ Morte do titular. Imposição do pagamento do débito de coparticipação como condição para a manutenção do contrato pelos dependentes. Abusividade.....	571

**Art. 32**

■ Constitucionalidade.....	572
◆ Ressarcimento ao SUS. Resolução Normativa nº 502/2022.....	574
◆ Ressarcimento ao SUS. Súmula Normativa nº 9, de 10/11/2005.....	574
■ Ressarcimento ao SUS. Plano Coparticipativo. Indiferença.....	575
◆ Ressarcimento ao SUS. Tabela. Resolução Normativa nº 239/2010.....	575
■ Ressarcimento ao SUS. Regularidade da Tabela TUNEP e IVR.....	576
■ Ressarcimento ao SUS. Urgência ou Emergência. Limitações Contratuais. Ressarcimento devido.....	576
■ Ressarcimento ao SUS. Serviço prestado em cumprimento de decisão judicial, indiferença.....	577
■ Ressarcimento ao SUS. Prazo Prescricional.....	578
■ Ressarcimento ao SUS. Prazo Prescricional. Termo Inicial.....	580
■ Ressarcimento ao SUS. Execução Fiscal.....	580
■ Ressarcimento ao SUS. Prova Pericial.....	581

**Art. 33**

■ Indisponibilidade de leito hospitalar. Atendimento custeado pelo paciente. Direito ao reembolso.....	581
--	-----

❑ Indisponibilidade de leito hospitalar. Não disponibilização de leito de padrão superior. Dano moral.....	582
◆ Indisponibilidade de leito hospitalar. Não disponibilização de leito de padrão superior. Infração de natureza assistencial. Resolução Normativa nº 489/2022, art. 110.....	582
❑ Beneficiário que assume o pagamento de leito em nível superior. Ausência do direito ao reembolso.....	583
❑ Beneficiário que assume o pagamento de leito em nível superior. Honorários médicos complementares. Ausência do direito ao reembolso.....	583
<b>Art. 34</b>	
▶ Operadora de plano de saúde. Pessoa jurídica independente.....	584
<b>Art. 35</b>	
▶ Planos antigos e Planos novos.....	585
▶ Planos adaptados.....	587
▶ Vedação à inclusão de novos dependentes em planos não adaptados.....	587
▶ Programa de Incentivo à Adaptação de Contratos.....	587
❑ Adaptação. Escolha do beneficiário. Não incidência da Lei nº 9.656/98 aos contratos não adaptados.....	587
<b>Art. 35-A</b>	
<b>Art. 35-B</b>	
◆ Regimento Interno do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU). Resolução do CONSU nº 1/1998.....	590
◆ Compartilhamento de gestão de riscos.....	590
◆ Compartilhamento de gestão de riscos. Manutenção das responsabilidades individuais. Art. 4º, da RN nº 517/2022.....	591
◆ Definição do capital regulatório das operadoras.....	591
<b>Art. 35-C</b>	
▶ Prazo de carência. Atendimento de emergência ou de urgência.....	592
▶ Resolução nº 13/98. Carência. Urgência e Emergência.....	592
◆ Emergência e urgência. Conceitos.....	592
◆ Princípio do direito de preservação da vida, órgão ou função. Resolução CONSU nº 13/1998, art. 1º.....	592
❑ Atendimento de urgência. Demora injustificada da operadora em autorizar o procedimento médico. Dano moral configurado.....	593
❑ Situação de emergência. Demora injustificada no fornecimento do atendimento. Dano moral configurado.....	594

▶ Inseminação artificial. Exclusão de cobertura .....	594
◆ Planejamento Familiar. Definição .....	594
◆ Planejamento familiar. Técnicas de reprodução assistida.....	595
▶ Cobertura obrigatória do planejamento familiar x Exclusão de cobertura da inseminação artificial. Coexistência.....	596
▶ Crítica à tese firmada no Tema nº 1067 do Superior Tribunal de Justiça...	599
▣ Cobertura obrigatória do planejamento familiar x Exclusão de cobertura da inseminação artificial. Critério Cronológico. Prevalência do planejamento familiar .....	599
▶ Inseminação artificial.....	600
◆ Laqueadura e Vasectomia. Dispensa de consentimento do cônjuge.....	600
◆ Cirurgia de Esterilização Feminina. Anexo II da Resolução Normativa nº 465/2021 .....	601
▣ Cirurgia de esterilização feminina no momento do parto. Gravidez de alto risco. Cobertura devida .....	602
◆ Cirurgia de Esterilização Masculina. Anexo II da Resolução Normativa nº 465/2021 .....	602
▣ Cobertura obrigatória. Inserção ou remoção de DIU. Enunciado nº 12 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF .....	603

**Art. 35-D**

▶ Sobre a aplicação da penalidade de multa .....	603
--	-----

**Art. 35-E**

▣ Inconstitucionalidade .....	604
▶ Processos administrativos e autos de infração fundados no art. 35-E. Declaração de inconstitucionalidade. Nulidade dos autos de infração.....	604
▶ Reajuste das mensalidades em razão da mudança de faixa etária em contratos antigos .....	605
▣ Plano de saúde antigo e reajuste por faixa etária. Impossibilidade de aplicação de regramento superveniente. Análise do caso concreto .....	607
▣ Repercussão Geral. Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado antes da sua vigência. Tema 381 .....	608
▣ Reajuste por mudança de faixa etária. Plano de saúde antigo. Não incidência do Estatuto do Idoso .....	608

**Art. 35-F**

▶ Cláusula geral de interpretação dos contratos de planos de saúde.....	609
◆ Programa de Certificação de Boas Práticas em Atenção à Saúde de Operadoras de Planos de Saúde .....	610

<b>Art. 35-G</b>	
▶ Plano de saúde. Relação de consumo .....	611
▶ Garantia do direito à saúde no CDC.....	611
▶ Direito à saúde no CDC.....	611
▶ Plano de saúde. Diálogo das Fontes.....	611
▶ Diálogo Sistemático de Coerência .....	612
▶ Diálogo de complementariedade e subsidiariedade .....	612
▶ Diálogo de coordenação e adaptação sistemática.....	613
▶ Aplicação subsidiária do CDC aos planos de saúde?.....	613
◆ Alteração da redação do art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 9.656/98. Aplicabilidade simultânea do CDC.....	614
▣ Aplicabilidade do CDC aos planos de saúde. Súmula nº 608, do STJ.....	614
▣ Planos de saúde de Autogestão. Inaplicabilidade do CDC.....	614
▣ Planos de saúde de Autogestão. Interpretação das cláusulas contratuais à luz da boa-fé objetiva.....	614
<b>Art. 35-H</b>	
▶ Absorção das atribuições da SUSEP pela ANS .....	615
<b>Art. 35-I</b>	
▶ Responsabilidade subsidiária dos diretores, administradores, gerentes e conselheiros. Débito não tributário. Ausência de responsabilidade .....	616
<b>Art. 35-J</b>	
◆ Dever de sigilo do diretor técnico, do diretor fiscal e do liquidante.....	617
◆ Ato de Improbidade Administrativa. Violação de dever de sigilo. Lei nº 8.429/1992. Art. 11, III .....	617
<b>Art. 35-L</b>	
◆ Provisões técnicas.....	617
◆ Ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.....	618
<b>Art. 35-M</b>	
▶ Resseguro. Revogação da Lei nº 9.932/1999 .....	620
◆ Resseguro. Definição legal.....	620
▶ A operação de resseguro não se confunde com a cessão do Direito Civil.....	620
▶ Resseguro. Definição doutrinária .....	620

▶ Atipicidade do contrato de resseguro .....	621
▶ Resseguro na Saúde Suplementar. Apenas seguradoras especializadas em saúde.....	621
◆ Operações de compartilhamento da gestão de riscos .....	622
◆ Espécies de operações de compartilhamento da gestão de riscos.....	623
◆ Programa Especial de Escala Adequada (PEA).....	623
<b>Art. 36</b>	
▶ Publicação da Lei nº 9.656/98 e Medidas Provisórias. Ver art. 1º, <i>caput</i> .....	623
REFERÊNCIAS.....	625
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	633